

Brasília-DF, 4 de novembro de 2013

Senador Paulo Paim defende aprovação da PEC da Geap

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu em plenário, nesta terça-feira (29), a aprovação da [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 214/2012](#), conhecida como PEC da GEAP.

Pela proposição, que tramita na Câmara dos Deputados, os entes governamentais poderão firmar convênios com entidades fechadas de autogestão em saúde destinadas a prestar serviços complementares de assistência à saúde para os seus servidores, entre elas a Fundação de Seguridade Social (GEAP). A sigla corresponde ao Grupo Executivo de Assistência Patronal, criado em 1989, tendo sua origem na assistência patronal dos servidores do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) criada em 1945.

A GEAP, de acordo com Paim, é atualmente a principal operadora de plano de saúde do funcionalismo público federal, contando com mais de 600 mil associados, sendo que quase metade deles já tem mais de 60 anos de idade.

Conforme explicou Paim, o estopim da crise atual da GEAP foi a publicação de acórdão pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2004, que declarou que apenas 4 órgãos considerados patrocinadores oficiais da GEAP – o Ministério da Saúde, da Previdência, INSS e DataPrevi poderiam manter convênios com a entidade sem a necessidade de licitação.

Na avaliação de Paulo Paim, a intervenção por que passa a entidade, mesmo se bem sucedida, no que se refere ao saneamento administrativo e financeiro da empresa, não tem a capacidade de resolver definitivamente o problema da GEAP se as razões que levaram a intervenção do TCU permanecerem.

- Há, portanto, a necessidade de outro tipo de intervenção, desta vez legislativa para que o problema seja definitivamente sanado. É preciso definir adequadamente a questão jurídica e legal de modo que o problema da legitimidade dos convênios firmados pela GEAP com órgãos públicos, que não os patrocinadores originários, fique dirimida — disse Paim.

*Fonte: [Agência Senado](#).

A ordem no Planalto é evitar gastos

Dilma se reúne com líderes aliados com um recado claro: nada de criar despesas extras diante das perspectivas negativas da economia

No encontro marcado para hoje com a presidente Dilma Rousseff, os líderes aliados na Câmara vão ouvir que o momento é de fazer as contas para fechar o ano de 2013 e diante das perspectivas sombrias para o ano que vem, portanto, não será possível ampliar despesas que fiquem a cargo da União. Em outras palavras, o recado será claro: quem quiser aumentar os valores pagos aos agentes de saúde, previsto para ser votado no próximo dia 12, que repasse a conta aos estados e municípios. Como os deputados dificilmente votarão contra os municípios às vésperas do ano eleitoral, a polêmica está criada antes mesmo da reunião de hoje no Planalto, num jogo de empurra no quesito novas despesas.

Para evitar surpresas, Dilma centralizou toda e qualquer negociação com o Congresso. “Não se negocia nada fora do quarto andar”, disse a presidente aos ministros com os quais se reuniu no sábado, jogando toda a parte de conversas sobre propostas governamentais nas mãos da Casa Civil e da Secretaria de Relações Institucionais.

Assim, Dilma pretende segurar ainda qualquer negociação paralela, seja sobre os agentes de saúde, seja sobre outras propostas em tramitação no Congresso. A avaliação do Planalto é que, em relação aos projetos sociais, todos os que deviam sair do papel já estão em curso. Portanto, agora, é dedicar os recursos a executar o que foi lançado, por exemplo, o Mais Médicos, as creches, o Brasil Carinhoso e o Alfabetização na Idade Certa.

Apoio do PSB

Nesse contexto, o que mais preocupa em termos do Congresso são os agentes de saúde, mais pelo efeito cascata para outras categorias que reivindicam aumentos via Legislativo do que pelo reajuste em si. Atualmente, a categoria recebe um salário mínimo (R\$ 678). O governo, entretanto, repassa R\$ 950 por agente, como forma de custear uniformes e encargos. O projeto em discussão coloca esse valor como o mínimo a ser pago aos agentes. Pelo acordo em curso na Câmara, em 2014, o valor seria de R\$ 850 para, em 2015, atingir os R\$ 950.

O problema é que a oposição deseja pagar os R\$ 950 desde já e, desta vez, será reforçada pelo PSB do governador de Pernambuco, Eduardo Campos. “Não é possível o governo ter recursos para pagar R\$ 10 mil aos médicos por mês e não ter R\$ 950 para um agente de saúde”, diz o líder do PSB, Beto Albuquerque, que não frequenta mais essas reuniões de Dilma com líderes aliados.

A avaliação do deputado gaúcho é voz corrente entre os parlamentares, ao ponto de o líder do PMDB, Eduardo Cunha, do Rio de Janeiro, atento ao humor do plenário, tratar do tema como “irreversível”. Ocorre que ele também considera que o caixa da União não suporta mais essa despesa de pouco mais de R\$ 2 bilhões por ano. Portanto, é hora de encontrar uma saída que distribua o débito com os estados e municípios.

Além dos líderes na Câmara, Dilma conversará ainda com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e com os senadores comandantes de bancadas governistas na Casa. A ordem nesses encontros será expor a necessidade de fechar o ano sem sobressaltos em relação aos gastos.

A lista da preocupação

Confira os projetos que o governo acompanha com atenção:

Agentes de Saúde

Hoje, o governo repassa R\$ 950 por agente. O contratado recebe um salário mínimo e o restante é destinado à compra de equipamentos e pagamento dos encargos. O projeto em tramitação na Câmara transforma esses R\$ 950 em piso salarial, o que amplia a despesa em pelo menos mais R\$ 2 bilhões por ano.

PEC 300

Os policiais militares de todo o país aguardam a votação da proposta que equipara os vencimentos deles aos valores recebidos pelos policiais do Distrito Federal.

Fator Previdenciário

As centrais sindicais, agora reforçadas pelo Solidariedade no Congresso, pressionam para a derrubada do fator ainda este ano. O governo pretende empurrar para o futuro, de preferência para depois do período eleitoral.

Orçamento de 2014

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deveria ter sido votada até julho, ainda continua sob análise no parlamento. Sinal de que o Orçamento do ano que vem não sai tão cedo, o que deixa o governo sem margem para execução dos investimentos.

Dívida dos estados

Aprovado na Câmara, o projeto de renegociação seguiu para o Senado. O receio do governo é que problemas políticos terminem por tornar a proposta mais generosa do que o Poder Executivo pode suportar.

*Fonte: [*Correio Braziliense de 4 de novembro.*](#)

Reféns da humilhação

Sindicatos acumulam denúncias de assédio moral. Dificuldade em reunir provas e ausência de legislação impedem a punição dos acusados

O debate sobre assédio moral e abuso de autoridade no ambiente de trabalho ganhou relevância no mundo inteiro. As reclamações se avolumam dentro e fora dos tribunais e revelam a triste estatística de milhares de funcionários fragilizados por humilhações. A violência cotidiana ocorre em todas as esferas, alastrou-se no serviço público, chamou a atenção do Congresso Nacional e foi tema de audiência na Comissão de Direito Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados. Às vezes acobertado por colegas das vítimas, esse mal causa sérios prejuízos à saúde dos trabalhadores e aos cofres públicos, com indenizações e terapias pagas a aposentados e pensionistas precoces.

A procuradora regional do trabalho Adriane Reis Araújo reforça que o ato tem alto custo social, pois afeta a produtividade e leva ao afastamento prematuro. “O assédio é uma prática violenta contínua com efeito de ofender a dignidade da pessoa, de desqualificá-la e de humilhá-la”, descreve.

Estudos do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) mostram que, entre dez afastamentos de auditores da função, pelo menos oito são relacionados a esse tipo de constrangimento. Entre os casos de abusos diários denunciados pelo Sindifisco, em empresas públicas e privadas, há registros de xingamentos, gerentes que obrigam funcionários que não cumprem metas a latir, a se deitarem em um caixão ou a rebolar em reuniões, além de proibições descabidas, como funcionários que não podem ir ao banheiro mais de duas ou três vezes ao dia. O grande problema é que esse terrorismo contra o lado mais fraco é difícil de provar.

Quando uma pessoa é hostilizada, ridicularizada ou desacreditada, os colegas, por medo e vergonha de serem identificados com a fraqueza da vítima, fazem um pacto de tolerância e silêncio coletivo e, às vezes, reproduzem os atos do agressor. Esse é o chamado bullying horizontal, ou mobbing. “Esse tipo de problema ocorre quando um grupo passa a praticar assédio psicológico contra um colega de mesmo nível hierárquico, por exemplo, por meio de críticas e comentários, disseminação de rumores ou pela ridicularização. Por vezes, esse comportamento parte de pessoas que buscam, de formas pouco profissionais, agradar aos superiores, repetindo, quando possível, seus atos”, analisa Susana Falchi, diretora executiva da HSD Consultoria em Recursos Humanos.

Ações judiciais

Foi registrada na 12ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília, uma reclamação trabalhista de um servidor da Caixa contra vários membros da diretoria. Na ação, o advogado Silvio Pereira informa que um alto funcionário cometeu assédio por mais de três anos e foi considerado culpado pela comissão de ética da empresa. De acordo com o advogado, apesar de servidor exemplar, seu cliente foi transferido diversas vezes e perdeu gratificações. A Caixa não revelou a quantidade de processos sobre o assunto, o número de condenados nem o montante pago em indenizações. Em nota, informou que aguarda instrução e julgamento do caso e que “não admite situação de assédio moral em seus quadros”.

Leilane Ribeiro, presidente do Sindicato dos Servidores do Plano Especial da Polícia Federal, relatou, durante a audiência na CDHM, a discriminação entre os servidores administrativos da Polícia Federal em relação aos policiais. Ela diz ser grande o número de assédios morais, mas comenta a dificuldade de se conseguir provas para fazer denúncias, além dos próprios servidores reconhecerem o assédio e terem coragem para tomar iniciativa. Entre os trabalhadores do setor, a depressão é constante.

Nem mesmo a Justiça foge à regra. Em carta, o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (Sindjus-DF) narrou que a atual gestão do Superior Tribunal Militar (STM), presidido pelo ministro general de Exército Raymundo Cerqueira, provocou um processo de militarização dentro do órgão — um tribunal civil. Cidadãos são humilhados no restaurante por militares que chamam civis para o confronto físico. Muitos marcham e bradam pelos corredores jargões da caserna. Há casos sendo investigados pelo Ministério Público de servidores obrigados a “pagar 10 flexões” como punição. De acordo com a assessoria de imprensa do STM, após a publicação da carta do Sindjus, foi encaminhada mensagem aos servidores reafirmando o compromisso de apuração dos desvios de comportamento.

Entenda o que é

Para ser considerada assédio moral, a exposição dos trabalhadores a situações constrangedoras precisa ser repetitiva e prolongada durante a jornada de trabalho e no exercício das funções, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração, por parte de um ou mais chefes.

*Fonte: [Correio Braziliense](#).

Promotoria apresenta denúncia contra comandante da reintegração de posse do Pinheirinho

A Promotoria de Justiça de São José dos Campos apresentou nesta quinta-feira denúncia contra o coronel da Polícia Militar Manoel Messias Melo, que comandou a reintegração de posse da comunidade conhecida como Pinheirinho, na manhã do dia 22 de janeiro de 2012.

Para o promotor Laerte Levai, que assina a acusação judicial endereçada à 5ª Vara Criminal de São José dos Campos e baseada em laudos da Defensoria Pública, Melo incorreu em abuso de autoridade e expôs a vida ou a saúde de pessoas "a perigo direto e iminente".

O documento obtido pela Folha retoma, em ordem cronológica, os acontecimentos que levaram à reintegração de posse do bairro, que abrigava cerca de 1.700 famílias.

Para a Promotoria, a ação da polícia --que mobilizou "dois mil homens armados com metralhadoras, cassetetes, elastômero, bombas de gás e equipamentos de spray pimenta", além de "mais de duzentas viaturas, um carro blindado, dois helicópteros águia, quarenta cães e cem cavalos-- foi feita de maneira truculenta, com o uso de bombas de gás e tiros de borracha, e nem mesmo resguardou crianças presentes no local, que presenciaram "seus próprios pais apanhando da polícia".

Segundo o promotor, Melo se recusou a suspender o despejo dos moradores mesmo quando representantes da Justiça lhe apresentaram decisões liminares que suspendiam a execução da reintegração de posse. Parte desses representantes, segundo a denúncia, também foram recebidos com "bombas de gás e tiros de borracha disparados pelo pelotão de choque" e impedidos de ter acesso pessoal à base militar em que estava Mello durante a operação.

Para a Promotoria, "a ação militar de desocupação forçada do Pinheirinho provocou, desde o início até seu final, seguidas violações a direitos humanos".

"A maneira como centenas de famílias (...) foram expulsas das moradias, acordadas de sobressalto ao final da madrugada, para abandonar seu humilde teto, seus bens móveis (ainda que modestos), seus animais de

estimação, seus laços comunitários, suas memórias afetivas e sua identidade social, em pleno amanhecer de um domingo que se deveria consagrar à paz e ao descanso, revela com cores trágicas o quanto a ação do comando da Polícia Militar foi indevida, desastrosa e abusiva", diz o documento.

*Fonte: [Folha de São Paulo](#).

Número de estupros no país supera o de homicídios dolosos, diz estudo

Dados constam do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre 2012. Foram 26,1 estupros por 100 mil habitantes; 18,7% a mais que em 2011

O número de estupros registrados no Brasil em 2012 foi maior que o de homicídios dolosos (quando há intenção de matar), segundo dados da 7ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O Anuário é produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que se baseia em informações do IBGE e do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (Sinesp), gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, ligada ao Ministério da Justiça.

De acordo com o Anuário, o país registrou 50.617 casos de estupro em 2012, o que equivale a 26,1 estupros por grupo de 100 mil habitantes. Um avanço de 18,17% em relação a 2011, quando a taxa foi de 22,1 por grupo de 100 mil. O número de homicídios dolosos registrados em 2012 foi de 47.136.

Os estados que mais registraram casos de estupro por 100 mil habitantes em 2012 foram Roraima (52,2), Rondônia (49) e Santa Catarina (45,8). No entanto, o Fórum ressalva que esses três estados estão no chamado "grupo 2" de qualidade de informação, o que significa que os índices de fato podem ser ainda piores.

O estudo divide os estados em 4 grupos de informação, de acordo com a credibilidade dos dados informados. Os estados do grupo 1 têm alta qualidade de informações e preencheram o Sinesp com dados adequados, segundo o Fórum. Os do grupo 2 preencheram adequadamente o Sinesp, mas não têm informações com alto grau de credibilidade.

Já os estados do grupo 3, segundo o Fórum, são aqueles apresentam qualidade de informações, mas não preenchem corretamente o Sinesp. Os do grupo 4 têm baixa qualidade de informações e também não passam dados adequadamente para o Sinesp.

Entre os estados que estão no grupo 1 (com alta qualidade de informações) os que apresentaram maiores taxas de estupro por 100 mil habitantes foram Rio Grande do Sul (43,5), Mato Grosso do Sul (40,6) e Mato Grosso (38,6). No caso do Rio Grande do Sul, segundo o Fórum, as ocorrências de estupro e tentativa de estupro são registradas da mesma forma, o que eleva a taxa.

Os estados que registraram menores taxas de estupro por 100 mil habitantes em 2012 foram Paraíba (8,8), Rio Grande do Norte (9,9) e Minas Gerais (10,1). Minas e Paraíba estão no grupo 1 de qualidade de informações. Rio Grande do Norte está no grupo 3.

Homicídios dolosos

O número de homicídios dolosos em 2012, de 47.136, representa uma taxa de 24,3 para cada 100 mil habitantes, segundo o Anuário. Um aumento de 7,8% na comparação com 2011.

Alagoas é o estado com maior taxa: 58,2 homicídios dolosos por grupo de 100 mil habitantes. No entanto, na comparação com 2011, houve uma melhora e o índice diminuiu em 21,9%.

Os estados com as menores taxas de morte por grupo de 100 mil habitantes foram: Amapá (9,9), Santa Catarina (11,3), São Paulo (11,5), Roraima (13,2), Mato Grosso do Sul (14,9), Piauí (15,2) e Rio Grande do Sul (18,4). Mais uma vez, o Fórum ressalva que Santa Catarina, Roraima e Piauí estão no grupo 2 de

qualidade da informação, que reúne os estados que preencheram adequadamente o Sinesp, mas que não têm informações confiáveis.

*Fonte: [G1](#).

Esplanada dos Ministérios fica azul para alertar sobre a saúde dos homens

Durante todo este mês, o movimento promoverá eventos na cidade em ações de conscientização da saúde do homem, principalmente, de combate e prevenção ao câncer de próstata



Como no ano passado, o Congresso ficará iluminado na cor azul

Depois de ficar iluminada de rosa em atenção à campanha do câncer de mama, a Esplanada dos Ministérios estará, a partir da noite de hoje, em tom de azul, em nome da saúde dos homens. O movimento intitulado Novembro Azul pretende conscientizar a população de que os cuidados do gênero com o corpo vão além da prevenção do câncer de próstata.

Durante todo este mês, o movimento promoverá eventos na cidade em ações de conscientização da saúde do homem, principalmente, de combate e prevenção ao câncer de próstata. “Os homens devem se habituar a ir ao médico desde crianças e não só com 50 anos para fazer exames de próstata”, alerta o presidente da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) no Distrito Federal, Diogo Mendes. No DF, esse é o tipo de câncer com maior incidência entre a população, à frente do câncer de mama, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Dados da SBU mostram ainda que o câncer de próstata é a segunda causa mais comum de morte por câncer em homens no Brasil, após a enfermidade no pulmão. Mais de 60 mil novos casos da doença foram identificados no ano passado, segundo o Inca.

*Fonte: [Correio Braziliense](#).

FENASPS